

Diário do Legislativo de 16/07/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 192ª Reunião Especial - Homenagem ao Corpo de Bombeiros Militar

2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATA

ATA DA 192ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 2/7/2002

Presidência do Deputado Ivo José

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Homenagem póstuma - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Sargento Rodrigues - Exibição de vídeo - Palavras do Coronel Edgar Estevo da Silva - Entrega de placa - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Ivo José - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelino de Carvalho - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Anderson Adaute - Arlen Santiago - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Eduardo Brandão - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - João Paulo - Marco Régis - Maria Olívia - Miguel Martini - Paulo Piau - Sargento Rodrigues.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Ivo José) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convido a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Coronel da Polícia Militar James Ferreira Santos, representando o Sr. Governador do Estado, Dr. Itamar Franco, e também o Comandante-Geral da Polícia Militar, Cel. Álvaro Antônio Nicolau; Coronel Antônio Damásio Soares, Chefe do Estado Maior do Corpo de Bombeiros Militar, representando o Comandante-Geral, Cel. Osmar Duarte Marcelino; Paulo de Melo Franco, Secretário de Estado da Habitação e Desenvolvimento Urbano; Simeão Lopes, diretor do Instituto de Criminologia, representando o Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Márcio Barroso Domingues; Décio de Carvalho Mitre, Presidente do Tribunal de Justiça Militar; Coronel Aviador Márcio João Zanetti, Comandante do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica; Capitão Antônio Cláudio de Souza Leite, representando o Comandante da 4ª Divisão de Exército; José Maria Gomes, Presidente da COHAB; e o Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença do Cel. José Francisco Maciel, Diretor de Contabilidade e Finanças do CBM; do Cel. Emerson Antônio Costa, Diretor de Apoio Logístico do CBM; do Pastor Jerônimo Onofre, Secretário Municipal de Defesa Social e Cidadania, representando o Prefeito Municipal de Contagem, Sr. Ademir Lucas; do Cel. Zeder Gonçalves do Patrocínio, Presidente da União do Pessoal da Polícia Militar, e do Sr.

Werner Rohlf, Vice-Presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Corpo de Bombeiros Militar pelos relevantes serviços prestados à sociedade mineira.

Homenagem Póstuma

O locutor - Em virtude de decreto editado ontem pelo Governador do Estado, declarando luto oficial no Estado por três dias, pelo falecimento do líder espiritualista e filantropo Francisco Cândido Xavier, não haverá execução do Hino Nacional. Da mesma forma, a Banda do Corpo de Bombeiros não fará sua apresentação, como estava previsto. Convidamos os presentes a permanecer de pé para um minuto de silêncio pelo falecimento do grande mineiro Chico Xavier.

- Procede-se à homenagem póstuma.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência tem a satisfação de dar início à reunião especial em que, por requerimento do nobre Deputado Sargento Rodrigues e outros parlamentares, a Assembléia Legislativa comemora o Dia Nacional do Bombeiro. Temos a honra, como representantes do povo mineiro, de prestar justa homenagem ao Corpo de Bombeiros Militar.

Criado no início do século com a denominação de Seção de Bombeiros, no local onde atualmente se encontra o Terminal Rodoviário de Belo Horizonte, o Corpo de Bombeiros vem prestando, com extrema dedicação, relevantes serviços à população do Estado. As atividades da corporação não se restringem, em absoluto, ao combate a incêndios. O Corpo de Bombeiros é responsável pela localização e pelo salvamento de pessoas, animais e bens, pelo resgate de pessoas e animais mortos e, por meio da guarnição de resgate, pela prestação do suporte de vida necessário em emergências médicas. É oportuno salientar que, no ano passado, o número de ocorrências de natureza assistencial foi quatro vezes superior ao de ocorrências de combate a incêndios.

O Corpo de Bombeiros trabalha junto à comunidade com projetos de grande alcance social, que visam à prevenção e à educação da população. Um deles é o Bombeiro na Escola, que tem como objetivo levar às crianças da 1ª a 4ª séries do ensino fundamental informações sobre prevenção e combate a incêndios, noções de primeiros socorros e prevenção de acidentes domésticos, além de noções sobre os efeitos danosos e devastadores das drogas. O Projeto Bombeirinhos, por sua vez, visa a levar a alunos das redes pública e particular, com idade entre 7 e 12 e entre 13 e 17 anos, informações sobre prevenção e combate a incêndios, salvamento em altura, salvamentos aquático e terrestre, primeiros socorros e materiais operacionais de bombeiro, e noções de informática.

Queremos assinalar ainda a importância do Programa de Divulgação da Natação, que promove o ensino com o objetivo de minimizar as ocorrências de afogamento e estimular salutar integração comunitária na área de cada batalhão.

Com essas considerações enalteçemos a atuação exemplar desses heróicos "homens do fogo", que colocam em risco sua vida para salvar a vida dos cidadãos. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Sargento Rodrigues

Sr. Presidente, Srs. Deputados, autoridades, senhoras e senhores, público que nos vê pela TV Assembléia, é uma honra estar aqui prestando esta homenagem. Bravos e heróicos soldados do fogo, símbolo heróico da solidariedade do ser humano, o Corpo de Bombeiros Militar vem construindo uma história de bravura, coragem e dedicação, tendo por objetivo socorrer e ajudar o próximo nos momentos de maior risco e dificuldade.

Criado em 31/8/11, o Corpo de Bombeiros Militar conta hoje com efetivo aproximado de 3.890 homens. O trabalho desempenhado por esses profissionais é de extrema importância para a população, uma vez que não hesitam em sacrificar a própria vida para salvar outra. A transposição de inúmeras barreiras e dificuldades rumo ao bem-estar e segurança dos cidadãos faz com que os bombeiros sejam admirados por todas as camadas da população. Pergunte a uma criança o que quer ser quando crescer e, provavelmente, ouvirá a palavra mágica: "bombeiro".

O inesquecível ato terrorista de 11 de setembro ao "World Trade Center", nos Estados Unidos, demonstrou ao mundo a bravura e a coragem dos bombeiros. Tentando desesperadamente salvar vidas, muitos deles morreram, cumprindo seu dever, como verdadeiros heróis de um acontecimento que entrou para a história da humanidade. Assim como esses, muitos outros heróis também perdem sua vida pelo mundo afora, todos os dias, sem que fiquemos sabendo, empenhados em honrar a função que lhes é concedida. Seja enchente, incêndio, acidente de carro e, até mesmo um gatinho preso no telhado: lá estão eles. Ao ouvir qualquer gemido, salva o pobre, o rico, independentemente. Fortes e destemidos soldados...

A missão constitucional do Corpo de Bombeiros é coordenar e executar as ações de defesa civil, proteção e socorro públicos, prevenção e combate a incêndio, busca e salvamento, perícias de incêndio e estabelecimento de normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndio ou qualquer tipo de catástrofe. E essa missão vem sendo brilhantemente executada pelo Corpo de Bombeiros, com competência e dedicação.

Há três anos, neste Plenário, aprovamos a Emenda à Constituição nº 39, que desvinculava o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar. De lá para cá, muita coisa mudou. O Corpo de Bombeiros ainda enfrenta muitas dificuldades para se adaptar à nova realidade, tendo muitas vezes que agir como os super-heróis. Mas nada diminui o brilho e a coragem desses bravos e destemidos soldados do fogo.

Ter a oportunidade de homenageá-los é mais do que uma honra; é um privilégio, pois tenho certeza de que cada uma das vítimas por eles um dia socorrida, ou mesmo qualquer cidadão mineiro que confia plenamente nesses homens, gostaria de ter essa oportunidade, de estar aqui no meu lugar e poder dizer-lhes o quanto é bom ter a certeza de que basta discar 193 para ser prontamente atendidos.

Por tudo isso é que prestamos essa homenagem, a primeira de muitas que certamente virão. Por tudo isso é que, em nome do povo mineiro, digo: muito obrigado ao amigo certo das horas incertas! Obrigado àquele que é, de fato, o único super-herói que tem telefone! Muito obrigado.

O locutor - Neste instante, será exibido um vídeo institucional produzido pelo Corpo de Bombeiros.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Coronel Edgar Estevo da Silva

Mensagem do Comando-Geral - Funcionando continuamente desde 1947, quando se reuniu em caráter constituinte, o parlamento mineiro é a expressão da vontade popular, além de possuir e utilizar com mestria a arma mais eficiente em tempo de paz: o poder de legislar. É aqui que os diversos segmentos sociais encontram espaço para conflituarem objetivos diversos, transmutando-os em interesse comum.

Hoje, com as CPIs e a interiorização de seus trabalhos, a Assembléia Legislativa está pisando o chão rústico das desigualdades, e não só apresenta propostas como interfere no determinismo, alterando horizontes sombrios com ações que levam da austeridade no trato com a coisa pública e do equilíbrio nas relações de trabalho à melhoria de vida.

Talvez seja essa modernidade, esse realismo no trabalho legislativo, que tenha levado o Bombeiro Militar Sargento Rodrigues a propor esta importante homenagem ao Corpo de Bombeiros, esses altaneiros soldados do fogo, que não esperam recompensas, senão vida digna e o prazer do dever cumprido.

O vermelho de nossas viaturas é energia a desafiar a morte. Em 32 municípios mineiros e em 44 quartéis, neste momento, os Bombeiros estão a postos. Irrumpa o sinistro, e os veremos correndo contra o tempo e o ceifador invisível, que na crueza do cotidiano tentará levar vidas humanas.

Bombeiros de Minas Gerais, é muita responsabilidade e incrível empreitada comandar o Corpo de Bombeiros.

Ressalto o vocábulo "comandar" para afirmar que a direção de nossa instituição é participativa, não somente quando nos reunimos no Comando-Geral para deliberarmos sobre assuntos de relevância, mas também quando dirigentes de associações ou clubes sugerem, discordam ou apoiam determinados posicionamentos institucionais.

No período anterior à Revolução Industrial, enormes embarcações eram movimentadas com a força sincronizada de dezenas de braços e remos. Os remadores, encerrados no porão, criam que o comandante os levaria a bom destino. O comandante do navio, por sua vez, teria de confiar no observador do mastro principal, que o alertaria dos obstáculos; dependeria do timoneiro, para manobrar; além de não poder prescindir do imediato, do taifeiro ou do auxiliar mais simplório. Quando o timoneiro desviava a embarcação de uma rocha ou de um banco de areia, não era o comandante que dirigia o leme; nesse momento especial, único, era o subalterno que poderia salvar a embarcação ou levá-la a pique. Da mesma forma, quando em uma ocorrência o soldado mais modesto dirige o jato de água ou socorre um ferido, é ele o comandante da corporação. Agirá em nome de todos os bombeiros, e, em sua atuação, louvável ou condenável, se verá todo o Corpo de Bombeiros.

Felizmente, nossos combatentes sabem disso e estão comandando bem a corporação. No anonimato, atuam nas atividades de prevenção e atendem rapidamente no princípio de incêndio ou de pânico, evitando sinistros ou minimizando os danos, para que vidas e bens sejam salvos com a melhor relação custo-benefício. Porque tal filosofia é realidade, reconhecemos de público o valor do grande estadista, Dr. Itamar Franco. Em seu Governo, consolidamos nossa identidade profissional e resgatamos nossa dignidade como servidores públicos. A corporação mudou para melhor. Os resultados já são mensuráveis: a Diretoria de Atividades Técnicas recebe todo o apoio possível para otimizar a prevenção contra incêndio ou pânico; a nossa frota conta com dezenas de viaturas novas e ao todo já incorporamos 80 veículos; há duas turmas de Cadetes em formação, que terão curso superior específico na atividade Bombeiro Militar, renovando a nossa oficialidade muito brevemente; estamos iniciando o curso de Soldados para 460 recrutas, que se somarão aos quase 4 mil Bombeiros da ativa; reciclamos e treinamos continuamente.

Enfim, o Corpo de Bombeiros caminha com passos seguros. No entanto, a atualidade continuamente nos apresenta mudanças, e nós, como pessoas e instituição, não ficaremos olhando o mundo pela janela. Do futuro, a Corporação não tem nenhum temor. Mudaremos, aprimoraremos e faremos nossa parte. Existindo desde a descoberta do fogo, para evitar que, fora de controle, fosse fatal, nossa atividade é indispensável. Com o advento do Estado e a profissionalização do nosso trabalho, hoje somos daquele a manifestação. Se no atual modelo sócio-econômico há tecnologia e profissionais múltiplos para atuarem em todas as áreas substituindo o poder público, o Estado mínimo deverá ter o Bombeiro. Em países mais antigos e mais desenvolvidos, que passaram pelo processo de desenvolvimento que passamos, é assim. Não há outras opções viáveis. A mobilização popular no voluntariado ou e outras iniciativas atuais se somam à nossa capacidade de resposta, e a elas somos simpáticos. Quando o cidadão, sem teto, for acometido por sinistro de grande vulto ao qual a resposta solidária de seus pares não dê resultado eficiente e, desprovido de renda, não puder custear seu socorrimento, o Estado atendê-lo-á. Seu clamor ecoará pelas vielas, e veremos o Bombeiro solidário, rápido, pronto a desempenhar seu papel secular de fazer o bem sem olhar a quem.

Com essa perenidade, o Corpo de Bombeiros entende que as gerações futuras de Bombeiros e de parlamentares, ao visitarem o local especial onde manteremos à mostra e com orgulho o registro desta homenagem, testemunharão que, sem deixarmos de lutar por nossos ideais, mantivemos o respeito mútuo e fizemos amigos, alcançando objetivos que, com certeza, serão também os deles, porque são comunitários. Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 2/7/2002, Dia Nacional do Bombeiro. Mais do que uma profissão, uma vida da qual muito nos orgulhamos. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o Sr. Presidente fará entrega ao representante do Cel. Osmar Duarte Marcelino placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "A homenagem do Poder Legislativo Estadual ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais pelos relevantes trabalhos dedicados à população mineira. Pelas mãos desses abnegados e verdadeiros heróis, muita gente nasceu e renasceu para a vida, reencontrando o verdadeiro sentido de sua existência. Deputado Antônio Júlio, Presidente". Convidamos o Deputado Sargento Rodrigues para compartilhar a entrega da placa.

- Procede-se à entrega da placa.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta os agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 3, às 8h30min, e para a reunião extraordinária na mesma data, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

376ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 3/7/2002

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, público que nos vê pela TV Assembléia, galerias, ocupo esta tribuna para falar desse descabro que têm sido os resgates de presos, registrados pela mídia, especialmente a fuga de presos, em escolta realizada pela Secretaria da Justiça, na data de ontem.

O jornal "Estado de Minas", na sua página 23, dá destaque à matéria: Presos são resgatados em Venda Nova e Contagem - fortes indícios de corrupção. Foi assim que a Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos classificou os resgates quase simultâneos de dois detentos da Penitenciária José Maria Alkimim, em Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana, em diferentes áreas da Grande BH.

Nos dois casos, os presos estavam escoltados por três Agentes Penitenciários desarmados. O Corregedor da Secretaria, Paulo Roberto Ferreira, seguiu, ontem, para Neves, a fim de apurar os casos. O primeiro resgate aconteceu por volta de 14 horas, em Venda Nova. O preso Adelson Lourenço Pereira, de 30 anos, havia acabado de sacar o expurgo do Fundo de Garantia". Esse cidadão foi condenado a seis anos por tráfico de drogas e estava sendo conduzido por Agentes Penitenciários, desarmados, para sacar seu Fundo de Garantia. Vejam como se encontra a segurança pública de Minas Gerais. Qualquer cidadão, por mais leigo que seja, sabe que não é possível escolta desarmada de detento condenado por tráfico. Não entendemos como a direção de uma penitenciária permite isso. A questão da segurança pública é da mais alta complexidade. Há ações a serem desenvolvidas no âmbito do Governo Federal, completamente omissas nestes oito anos da Presidência de Fernando Henrique Cardoso, no que tange à proteção de nossas fronteiras, ao tráfico de drogas e ao contrabando de armas. Por isso, os morros cariocas, as favelas de Minas, São Paulo, Vitória estão abarrotados de fuzis AR-15, HK, metralhadoras israelenses, que o Brasil não fabrica e que passam livremente por nossas fronteiras, por vias terrestre, marítima ou aérea. Enquanto um país como o nosso, de grande extensão territorial, tem um efetivo de apenas 6 mil homens em sua Polícia Federal, a Argentina tem 18 mil agentes federais. Não entendemos como o Presidente da República cuida das fronteiras, competência da União, com apenas 6 mil agentes federais. A matéria é complexa, e tem de haver, além da vontade, a coragem política. O Presidente da República encontra-se há oito anos de braços cruzados, nada fazendo pelas fronteiras onde o tráfico acontece livremente. O Brasil não produz pasta-base de cocaína, mas pode até ter laboratório de refino. O Presidente deveria envergonhar-se ao falar que é necessário cuidar da segurança pública, que se criou estado paralelo ao estado de direito no Rio de Janeiro, que a situação encontra-se insustentável. Isso é uma vergonha, partindo de um Presidente que, em sua campanha, apresentava cinco dedos, e um deles representava a segurança pública. Precisamos que o Congresso Nacional vote as matérias que dizem respeito ao Código Penal, ao Código de Processo Penal, à Lei Orgânica das duas Polícias, cujo desencontro é total.

O outro detento, Sr. Dione Perpétuo Soares, também de 30 anos, condenado por assalto a Banco, também foi resgatado das mãos de Agentes Penitenciários desarmados.

De onde partiu essa ordem? Do diretor do presídio, da Secretaria da Justiça? Esse traficante vai voltar para os morros, traficar novamente, e teremos milhares de famílias sendo arrebatadas por traficantes. E somente aqueles que têm filho, irmão, parente viciado em cocaína, "crack" ou maconha sabem a dor de cabeça que isso é. O Estado, mais uma vez, permitiu que um traficante fosse para a rua. A Polícia, certamente, deu um duro enorme para prendê-lo, fazer o inquérito policial, remeter para o Ministério Público; o Juiz condenou, o traficante foi para a prisão e, dali, sai para sacar o fundo de garantia. É uma vergonha. Enquanto isso, milhares de cidadãos do Estado nem sequer têm o que comer. O Estado, além de gastar cerca de R\$800,00 a R\$1.000,00 por preso, faz a escolta desse verme que estava prejudicando a sociedade, alimentando cada vez mais o tráfico de drogas, a desagregação familiar, para, mais uma vez, voltar a traficar.

Temos, ainda, outro assaltante. Por ironia do destino, outra matéria, feita no bairro Jardim América, diz o seguinte: "Comerciante leva tiro de assaltantes". Teremos outras vítimas desse assaltante que ainda está na rua? Certamente que sim. Apelo à Dra. Ângela Pace, para que seja feita uma apuração rigorosa, evitando-se, dessa forma, que essas fugas fiquem sem o esclarecimento devido. Temos que cobrar a responsabilidade do diretor das duas penitenciárias, Nelson Hungria e José Maria Alkimim, de Ribeirão das Neves. Queremos saber qual foi o respaldo legal para liberar os presos. Um deles foi sacar o fundo de garantia e o outro, aparentemente, foi fazer visita a pessoa da família, que estava enferma; mas, no final das contas, segundo o boletim de ocorrência da PM, tinha ido visitar uma amásia, o que não tem nada a ver com doença na família. Se o cidadão está lidando com presos, tem que ter o olho aberto o dia inteiro. O preso não pode ludibriar agentes públicos de forma tão fácil, como está na matéria do jornal "Estado de Minas".

Portanto, não poderia deixar de ocupar esta tribuna para dizer dos descabros que têm acontecido nas escoltas de presos. A escolta tem que ser feita com agentes públicos armados. É por isso que defendemos reestruturação imediata do sistema penitenciário do nosso Estado. Hoje, a Polícia Civil tem população carcerária de 15.800 presos sob seus cuidados, sendo que 90% deles já estão condenados pela justiça e, pela Lei de Execução Penal, deveriam estar nas penitenciárias. Quando chegam nas penitenciárias, a Secretaria diz o seguinte: "Aqui cada preso tem 6m² de espaço numa cela"; mas, quando vamos à delegacia, vemos os presos amontoados, com 30 ou 40cm² por preso. O que é mais desumano: deixar o preso no inferno da Divisão de Tóxicos, cárcere da delegacia, o chamado Inferno da Lagoinha, que é o Centro de Triagem do Departamento de Investigação, ou nos porões da Furtos e Roubos, abarrotados de presos? Acho que é muito mais humano dividirmos essa cela, pois teríamos, no mínimo, mais 4.500 vagas no setor penitenciário do Estado. Não podemos deixar um preso cumprir pena numa delegacia, que não é o local adequado, porque, ao ser apenado, tem que ser levado para a penitenciária estadual. E, por outro lado, deixando que cumpra a pena em 30 ou 40cm², teremos, aí, sim, um verdadeiro porão, um amontoado de presos.

Isso prejudica decisivamente o trabalho da Polícia Civil, que tem, hoje, cerca de 3 mil policiais tomando conta de presos, em completo desvio da função pública, já que deveriam estar investigando e concluindo inquérito junto ao Delegado.

Novamente apelo à Secretária Ângela Pace para que apure o fato com rigor, e também aos companheiros da CPI do Sistema Prisional - Deputado Luiz Tadeu Leite, ex-Secretário da Justiça desse Governo, Deputado Ermano Batista e Deputado Irani Barbosa -, para que tragam as autoridades responsáveis pelo assunto à CPI e delas cobrem uma atitude, porque, mais uma vez, o cidadão que não ganha R\$800,00 por mês, mas que pega o ônibus todos os dias cedo, com sua marmita debaixo do braço, será assaltado pelo indivíduo que fugiu e terá seus filhos aliciados pelo traficante para a compra de drogas. Não podemos permitir isso.

Como Deputado, com a missão constitucional de fiscalizar o Poder Executivo, afirmo que a Assembléia não pode se calar neste momento. A população não agüenta mais ouvir falar em fuga e, muito menos, em arrebatamento de presos das mãos de agentes penitenciários completamente desarmados. Precisamos reestruturar a Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, criando as vagas necessárias e a guarda prisional dessa Secretaria, para retirar a Polícia Civil também a Polícia Militar da guarda dos presídios, já que quem prende não pode tomar conta dos presos, pois essa relação acaba por ser prejudicada pelo contato entre o policial e o preso.

Temos que estar atentos, porque hoje é esse comerciante o cidadão baleado em tentativa de assalto, mas, amanhã, poderá ser o nosso irmão, um parente. Infelizmente, nesta questão de segurança pública, o cidadão só percebe a complexidade do problema e lhe dá a devida importância quando seu ente querido é atingido.

Portanto, não podemos nos calar nem ficar de braços cruzados. Temos que exigir da Secretária Ângela Pace que essa história seja passada a limpo, e solicitar aos companheiros da CPI do Sistema Prisional que convoquem as autoridades responsáveis, a fim de explicar essas fugas. Se houver agente público conivente, deve ser responsabilizado na forma da lei e na forma que prevê seu estatuto. Muito obrigado.

O Deputado Amilcar Martins* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero fazer, perante o povo de Minas Gerais, breve reflexão sobre a questão das alianças eleitorais, da política feita com ética, consistência e coerência. Todos sabemos que as alianças são feitas com eventuais parceiros que não são do mesmo partido. Por definição, só se faz aliança com partidos diferentes. Entretanto, existe um limite, uma barreira que me parece clara: a da ética, que distingue a aliança viável da meramente oportunista, que passa por cima de princípios fundamentais como honradez, dignidade e cuidado no trato da coisa pública, da história das pessoas e dos partidos.

Feito esse preâmbulo, evidentemente não me cabe entrar na vida de outros partidos políticos. Eles cuidam de si e sabem o que é melhor para cada um. Mas chamo a atenção do povo de Minas Gerais para uma ameaça que ronda Minas neste momento e que me parece ser extremamente grave e, ao mesmo tempo, uma grande ironia. Há um partido que, ao longo dos anos, tem levantado a bandeira da honradez e da política feita com ética e princípios. Refiro-me ao PT. Entretanto, nos últimos tempos, diante da possibilidade real de chegar ao poder, começa a se afastar desses princípios. Temos visto isso no País inteiro. Esse partido chegou a anunciar explicitamente a possibilidade de uma aliança com Orestes Quéricia, contra o qual foram usados os adjetivos mais pesados no passado. No entanto, tem a coragem de ir à televisão anunciar que não há nada comprovado contra esse senhor e que não há nenhuma restrição de ordem moral ao Sr. Orestes Quéricia.

Esse partido, que prega a ética na vida pública, faz um movimento inusitado em Minas Gerais e ensaia um namoro, que pode chegar a um jogo de indecência explícita, com o Governador Newton Cardoso. Isso consta hoje dos jornais de Minas e da pauta da mídia das eleições em Minas Gerais. Não me cabe discutir as questões internas do PT. E não o farei. Cabe-me chamar a atenção do povo de Minas Gerais, para que fiscalize a conduta, a maneira e os critérios para conduzir a política e para estabelecer alianças. O limite ético deve ser respeitado, porque, além dele, existe o pragmatismo indecente e despuadorado, que precisa ser fiscalizado pela população. Conheço muitos militantes do PT que têm tido, ao longo da sua vida política, uma conduta irrepreensível e inatacável, independente de diferenças de outra natureza ou ordem. Sempre disse isso desta e de outras tribunas. Sei que não são todos que aceitam esse excesso de pragmatismo, que chega às raias da indecência. Se o ex-Governador é um exemplo de vida pública a ser seguido pelos mineiros e é um exemplo de política feita com ética, com dignidade, com honradez e com honestidade, então, caberá ao PT explicitar isso para o povo de Minas Gerais. Ao contrário, se esse mesmo partido, que junto com um grupo grande de militantes de outros partidos políticos, entre os quais me incluo, trabalhou muito para explicitar e para denunciar ao povo de Minas Gerais que o ex-Governador era um exemplo da política feita sem ética, sem princípios, da política feita sem respeito ao dinheiro público, então, qualquer possibilidade de aliança, ou a efetivação da aliança, representará, em meu modo de entender, um ônus e uma obrigação.

Caberá ao PT, com a sua trajetória, com a sua história, explicar ao povo de Minas Gerais como se dá essa mágica, essa transformação. Por que Quéricia, que era inaceitável, passa a ser um parceiro desejado? Por que Newton Cardoso, que sempre foi objeto das mais severas críticas, passa a ser cortejado? E vejo aqui na minha frente o Deputado Adelmo Carneiro Leão, a quem respeito exatamente pelas razões que acabo de explicitar: a política feita com coerência e seriedade. Mesmo com todas as divergências que existem, elas se dão no campo da divisão da política, e não no campo da ética. De que forma o PT agora está de braços dados com o Governador Newton Cardoso? Como fica isso, como fica a ética na política? Essa é a pergunta que faço ao povo de Minas Gerais.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Deputado Amilcar Martins, agradeço o aparte. Vivemos um dos momentos mais críticos da vida nacional. O País, os Estados e os municípios estão com enormes dificuldades oriundas de governos sucessivos, que faltaram com o compromisso assumido com o povo, esse povo de Minas Gerais a quem o senhor, insistentemente, pergunta em relação a algo que não está na sua governabilidade e na sua ligação direta da organização. Neste momento, cabe a cada um de nós, a mim, ao PT, a V. Exa. e a seu partido, dar testemunho das nossas alianças, das nossas relações de partido e das relações diretas com o povo. O povo não tem que responder às suas perguntas, ele deve que responder à situação que se lhe apresenta hoje. Há muita dificuldade em compreendermos esse momento que estamos vivendo. Mas V. Exa. está sendo maldoso quando faz uma pergunta e nos coloca como aliados de um concorrente nosso. O Sr. Newton Cardoso é candidato ao Governo de Minas, como o Sr. Aécio Neves e o Sr. Nilmário Miranda. E posso dizer com toda segurança que, desses três candidatos, o maior portador de honra, de dignidade, de história de compromisso com o povo, do ponto de vista institucional, é o PT, com todos os problemas que tem, que não são poucos. Com a sua qualidade e seus defeitos humanos, não tenho dúvida. Se o povo de Minas Gerais fizer a comparação entre esses dois candidatos, verá que o PT ofereceu a Minas Gerais o que ele tem de melhor, de maior qualidade e de maior compromisso com uma nova história de Minas. Muito obrigado.

O Deputado Amilcar Martins* - Muito obrigado, Deputado Adelmo Carneiro Leão. Quero entender que a resposta de V. Exa. tranquiliza a opinião pública de Minas Gerais porque reafirma a impossibilidade de se unir óleo com água. São coisas que não se juntam.

Agradeço a V. Exa. a gentileza por ter me cedido o seu tempo, já que estava inscrito antes de mim, para que pudesse fazer este breve pronunciamento. Agradeço, portanto, ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, que antecipa a posição do PT e reconhece, como afirmei aqui, que um projeto ético não se mistura com um passado de falta de ética, de falta de compromisso com a verdade, com a coisa pública, de outro projeto político.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior* - Sr. Presidente, é notório que não há 48 Deputados em Plenário, que o quórum cairá e a reunião terminará neste projeto. Já havia feito apelo ao Presidente para que paralisasse a reunião. Não tenho bola de cristal, mas sei o que ocorrerá daqui a 5 minutos.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - A Presidência informa ao Deputado Alencar da Silveira Júnior que a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 62/2001 só será levada adiante se obtiver o quórum necessário. Veremos quantos Deputados estão presentes e, se houver o quórum que nosso Regimento Interno determina, continuaremos a reunião. Se não o houver, esta Presidência determinará a recomposição do quórum para tentar a continuação dos trabalhos.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, agradeço o esclarecimento da questão de ordem. Sobre tudo o que foi dito durante esta reunião a respeito deste projeto de minha autoria, que tramita desde setembro do ano passado, e sobre o projeto de inspiração semelhante, de autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que trata de carreira talvez tão necessária e urgente quanto a do corpo de servidores da Ciência e Tecnologia do Estado - a do IMA -, do meu ponto de vista ficou claro, desde a apresentação do projeto, nos entendimentos que mantive com os servidores da área de ciência e tecnologia, que tínhamos dificuldades a serem vencidas. Portanto, o que ocorre na reunião de hoje não é novidade nem surpresa para esses servidores. Há, de fato, dificuldades de naturezas legal e constitucional a serem vencidas. E, para que se vençam essas dificuldades, é necessária uma agregação de forças entre os Poderes Legislativo e Executivo. Somente assim, havendo disponibilidade, decisão do Poder Legislativo, calcada, evidentemente, na possibilidade de atender a essas demandas, é que poderíamos, através de projetos de iniciativa de parlamentares desta Casa, corrigir a questão urgente de dotar carreiras importantes do serviço público do Estado de Minas Gerais.

Percebemos o impasse a que chegamos no presente momento, o qual nos leva a refletir sobre o melhor caminho a seguir. Há riscos nos dois caminhos. A nossa decisão reproduz o que é, em síntese, a nossa vida, seja profissional, seja pessoal, seja política. Portanto, não há caminhos

sem riscos.

A simples aprovação dos dois projetos, a qual aparentemente poderia caracterizar uma grande vitória dos dois corpos de servidores, pode, em curtíssimo prazo, revelar-se altamente perigosa e até negativa, tanto pelo veto do Governador do Estado quanto pela possibilidade de ajuizamento de uma ação direta de inconstitucionalidade, seja por parte da Procuradoria-Geral do Estado, seja por parte de qualquer outro órgão capaz de questionar a constitucionalidade nos termos definidos pela Constituição.

Isso poderia submeter o assunto a uma constrangedora situação de ficar "sub judice", e, como tal, além de não gerar os efeitos que desejamos, estará também impedindo que outros instrumentos legais, alguns - quem sabe? - até de iniciativa do próprio Executivo, possam corrigi-lo e atingir a nossa meta de reconhecimento dos méritos dos servidores da área de ciência e tecnologia e do Instituto Mineiro de Agropecuária.

Na minha opinião, esse é o risco que corremos se aprovarmos esses dois projetos. Em não os aprovando, também há riscos a serem avaliados, como o da manutenção indesejável de um "status quo" que vem vigorando nessas duas carreiras específicas em prejuízo para Minas Gerais. Na verdade, na área de ciência e tecnologia, Minas Gerais custou a constituir uma massa crítica de pessoal, o que fez com que, durante algum tempo, estivesse na linha de frente do contexto dos Estados brasileiros, no tocante à pesquisa científica e tecnológica.

Fico muito à vontade por ver ao lado de V. Exa. o Deputado Mauro Lobo, que teve a honra e a oportunidade de prestar serviços ao Estado, como os que vem prestando nesta Casa, quando ocupou o cargo de Secretário de Ciência e Tecnologia. O mesmo ocorre em relação ao IMA.

Congratulo-me com o Deputado João Batista de Oliveira, que tem conhecimento de causa como Presidente da Comissão de Agropecuária desta Casa e que salientou os inestimáveis trabalhos que o Instituto Mineiro de Agropecuária vem prestando a nosso Estado.

Mas essa manutenção é também perigosa, porque a massa crítica de pessoal, de inteligência, de competência e de experiência acumulada pelo Estado, tanto na área de ciência e tecnologia como na área da agropecuária, começa a se perder, pelo desestímulo, pela impossibilidade de os servidores continuarem prestando os seus serviços e realizando as suas funções com os níveis salariais que percebem.

Para se ter uma idéia, lembro um exemplo, que não me canso de repetir: hoje, um doutor, apesar de concluir a sua formação em 3º grau, o seu mestrado e o seu doutorado, ingressa no plano de carreira de pesquisador do Estado de Minas Gerais com um salário inferior a R\$1.000,00, que não é atrativo para profissionais desse quilate, dos quais o Estado tanto precisa.

A Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC - é um exemplo vivo disso. Já empregou mais de 300 técnicos de nível superior, mas, hoje, o seu quadro está reduzido a cerca de 50, muitos com projeção de aposentadoria próxima.

A manutenção do atual quadro pode também fazer com que cada vez mais se perca essa inteligência e essa capacidade do Estado em atuar nessas duas importantes áreas.

Há uma proposta trazida a esta Casa pelo Governo, por meio do seu Líder, de encaminhar planos de carreira sem tratar de vencimentos, que ficariam para ser estabelecidos em lei complementar, em janeiro do próximo ano, nos mesmos moldes de acordo recentemente fechado na área da educação. Há também nessa estratégia um risco. O mais evidente seria o descumprimento. Portanto, confesso que estou em dúvida de qual caminho seguir e qual o menor risco, o mais aceitável.

Mas um risco é inaceitável: que votemos essa matéria sem estar conscientes de qual é o melhor caminho. Sempre insisto em dizer que quando não se sabe aonde se quer chegar qualquer caminho parece bom. Sabemos aonde queremos chegar. Queremos revitalizar a área de ciência e de tecnologia em Minas Gerais e o corpo dos servidores do Instituto Mineiro de Agropecuária. Como fazê-lo e qual o melhor caminho?

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta verificação demonstra a minha preocupação, uma vez que temos possibilidade de continuar a discussão do processo, mas não temos quórum para a votação.

Não sei se não seria o acaso trabalhando a nosso favor, já que, diante das dúvidas e incertezas que apresentei e de todas as alternativas que se nos apresentam no momento, talvez, esse interregno para discussão do processo permita o amadurecimento de alguma emenda ou o aperfeiçoamento de uma solução.

Nesses termos, discuto o projeto na expectativa e convicção de que esta Casa, em conjunto com o Poder Executivo, encontre uma saída para essas duas carreiras de tanta importância para nosso Estado. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Mauro Lobo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores das instituições de ciência e tecnologia do Estado, o Deputado Sávio Souza Cruz colocou com muita propriedade as suas apreensões em relação ao andamento desses projetos.

Em determinado momento, pude ocupar a Secretaria de Ciência e Tecnologia e conhecer de perto o trabalho realizado pelas instituições ligadas à área da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico em nosso Estado. Naquela época, era motivo de preocupação o esvaziamento dessas instituições. Em determinado momento, provocado pela legislação federal em relação ao processo de aposentadoria dos funcionários públicos, viamos com apreensão o número excessivo de solicitações de aposentadoria, o que levava ao esvaziamento dessas instituições. Procurávamos, de alguma forma, vislumbrar um caminho para evitar que tal ocorresse. Havia por parte do Governo Federal uma proposta de reforma administrativa, que não veio conforme nossa expectativa.

Minas Gerais, que era um Estado de vanguarda na educação e ocupou posição importante na área da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico, está perdendo posição, caminhando para a retaguarda do desenvolvimento. Não podemos assistir passivamente a esse fato. São Paulo continua prestigiando suas instituições, sua Fundação de Amparo à Pesquisa. O Rio de Janeiro aumenta investimentos nessa área, o mesmo fazem Pernambuco, o Rio Grande do Sul, o Paraná. E Minas Gerais diminui seu quadro na área de ciência e tecnologia, na área do desenvolvimento tecnológico. Conhecemos perfeitamente, e é senso comum, o fato de que não se desenvolve um Estado ou um País sem investimentos na área de ciência e tecnologia. E ciência e tecnologia não se faz sem definição de quadro de carreira para seus funcionários. Trazemos nosso apoio aos projetos em tramitação. Para que se repense a área de ciência e tecnologia, é necessário cuidar de seus recursos humanos. Para tanto, faz-se necessária uma proposta do Governo do Estado para o segmento. Se não agirmos rapidamente, ficaremos assistindo ao processo de deterioração da área de ciência e tecnologia em nosso Estado. Concordo com as ponderações do Deputado Sávio

Souza Cruz, mas, se esta Casa não tomar uma atitude política, levando adiante esses dois projetos, estaremos dando ao Governo mais tempo não para mudanças, mas para empurrar as propostas e as aspirações dos funcionários, condenando Minas Gerais à retaguarda do progresso e do desenvolvimento econômico-social que tanto almejamos. Se analisarmos as duas hipóteses, veremos que avançamos com o projeto ou aguardamos uma proposta do Governo, que só seria consubstanciada no próximo Governo. Acredito que a primeira seria, no mínimo, um ganho político. Se paralisarmos esse projeto, deixaremos a questão para ser solucionada no próximo Governo. Se avançarmos e perdermos, poderemos retomar a questão no próximo Governo, mas teremos feito algo. Se acharmos que o Governo vetará, que o faça, mas que tenha o seu desgaste, que defina que não foi capaz de desenvolver uma política de ciência e tecnologia para o nosso Estado, que não soube desenvolver uma política de recursos humanos em Minas. Na minha opinião, temos que avançar com esse projeto, lutando por que seja aprovado nesta Casa. Caso o Governador venha a vetá-lo, que o faça. Mas eu seria cúmplice do caos em que se encontra a área de ciência e tecnologia, caso não avançasse com esse projeto, o que jamais poderia fazer como Secretário da referida área. Não posso ser conivente com essa situação. Deixo clara a minha posição, como a de alguém que dá importância à área de ciência e tecnologia, tendo apresentado emenda ao projeto da LDO, aprovada na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, valorizando o papel da FAPEMIG, não permitindo que fosse esbulhada como constava na proposta apresentada pelo Governo. Temos compromisso com a área da ciência e tecnologia, com a área de fiscalização da agropecuária. Temos compromisso não só com as pessoas ou com o sistema, mas também, antes de tudo, temos compromisso com Minas Gerais e não podemos ser cúmplices da deterioração da área de ciência e tecnologia em nosso Estado.

Minas tem que ser forte, tem que crescer e se desenvolver, e sem ciência e tecnologia não conseguirá alcançar esse objetivo maior. Vamos deixar de pensar pequeno neste Estado, de achar que tudo é impossível e difícil. Que se negocie, mas com respeito à área de ciência e tecnologia, que é a área para sustentar o desenvolvimento, ou não teremos Minas altaneiro, trazendo riquezas para sua gente. Portanto, não posso simplesmente achar que temos que avaliar muitas opções. Temos uma opção agora e outra para o início do próximo Governo. Se essa não nos atender, neste momento, acaba esta legislatura, é um novo Governo, vamos voltar à carga. Mas, se entregarmos os pontos, achando que nada conseguiremos, então não conseguiremos. Isso é certo e garantido, portanto acho que vale a pena tentar, lutar e levar adiante essas reivindicações, que, certamente, são da maioria dos Deputados. Acredito que esta Casa terá muita sensibilidade para essas reivindicações. Sabemos que o Estado se encontra em situação econômico-financeira deplorável, mas também não conseguiremos melhorar essa situação se não houver desenvolvimento. Não conseguiremos ter este Estado desenvolvido, não vamos competir com o Rio de Janeiro, São Paulo e os Estados do Sul se Minas Gerais não começar a recuperar suas instituições, que, na realidade, são infra-estrutura para o desenvolvimento.

Portanto, mantenho a posição de apoio a essas reivindicações e à área de ciência e tecnologia. Gostaria de fazer um apelo aos meus pares: vamos pensar grande em Minas Gerais, olhar com muito cuidado, consideração e responsabilidade esses projetos de lei.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* - Ilustre Deputado Mauro Lobo, estou ouvindo atentamente a manifestação de V. Exa. sobre esse projeto do Deputado Sávio Souza Cruz que vem, em boa hora, resgatar o legítimo direito de todos os servidores da área de ciência e tecnologia e, mais ainda, garantir-lhes a condição de legítimos servidores de Minas Gerais. Ao saudar V. Exa., saúdo o ex-Secretário Mauro Lobo, que por longos anos prestou relevantes serviços à ciência e tecnologia. Hoje tenho o privilégio de fazer parte, pelo segundo mandato consecutivo, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, que tem à frente o incansável Deputado Paulo Piau. V. Exa., pela sua inteligência e grandeza política, retrata exatamente a nossa preocupação, particularmente neste ano em que estamos comemorando o ano da ciência e tecnologia em Minas Gerais. Sou favorável, como já fui por ocasião dos nossos encaminhamentos na tramitação desse importante projeto, e tenho certeza de que nossa Casa jamais faltará ao compromisso feito com todos os servidores da ciência e tecnologia e, particularmente, de todos os órgãos ligados a esse trabalho e a essa carreira.

Quero dizer a todos os funcionários do IMA que esse projeto não nasceu da noite para o dia. Há muitos anos, temos o prazer de conviver com a Presidente Miriam Alvarenga, com o incansável Presidente Dalmo e, principalmente, com todos que lutam em defesa desse importante órgão, que é o sustentáculo do desenvolvimento agropecuário de Minas.

Depois dessas marchas, aqui estamos, talvez abatidos pelo cansaço, como é o caso dos que viajaram por muitos e longos quilômetros e dos que estiveram conosco nas comissões por toda a tramitação, sabedores da importância do Projeto nº 2.179. Este é o instrumento maior, e esta Casa, independentemente de vício de inconstitucionalidade, pôde recebê-lo, abraçá-lo e aprová-lo em todas as comissões e, sobretudo, no 1º turno. Hoje, veio para o 2º turno, e, neste momento, estamos ainda ansiosos por sua aprovação, na forma em que se encontra. Ele é o instrumento maior para resgatar a dignidade de todos os que, por dez anos, têm lutado pelos direitos de Minas e do Brasil.

Já ocupei a tribuna para encaminhar, discutir, rogar e apelar pela aprovação do projeto, e hoje estamos vislumbrando algo, depois das palavras do Líder do Governo, afirmando que este está sensível e quer retomar, imediatamente, a condução do processo. Ressalto aos servidores que em nenhum momento este parlamentar encontrou obstáculo algum por parte do Governo quanto à autoria e à remessa do projeto. Procuramos todas as secretarias e órgãos de Governo, para ver se o próprio Governo sinalizaria quanto à aprovação em 2º turno.

Em nenhum momento esmoreceremos, pois, acima de tudo, é um projeto legítimo, que resgata o direito de todos. Estaremos onde for necessário, buscando os elementos para garantir o direito de todos.

Particularmente, agradeço muito e publicamente o empenho do meu Líder, Deputado Antônio Andrade. Muitas vezes, foi mal entendido, mas percebo em seus olhos a grandeza da sua sensibilidade e, acima de tudo, a sua condução de respeito e dignidade. Reafirmo o compromisso maior de buscar, ainda hoje, se necessário, junto ao Palácio qualquer negociação que vise à garantia dos senhores. Se o Governo entende que deve ser do próprio Palácio a iniciativa da remessa, para não se caracterizar a inconstitucionalidade, que venha imediatamente, para contemplar a todos, para satisfazer a grandeza do trabalho e para resgatar todas as aspirações de que são merecedores. Mas desejamos um aval maior. Pela confiança que tenho no Governador Itamar Franco, tenho a certeza absoluta de que não há de me faltar, mas nunca faltou, com a sua mão amiga, a sua palavra de honra e o seu testemunho de grande estadista. Na presença de todos, testemunho a minha confiança no Governo. Tenho com todos os servidores do IMA este compromisso de lutarmos junto ao Palácio a fim de que esse plano de carreira venha, da maneira como o Governo entenda, mas para garantir efetivamente os seus direitos.

Devo dizer que avançamos muito, pois esse projeto nasceu em maio e foi um dos mais rápidos que esta Casa já registrou em sua história. Se isso aconteceu, foi possibilitado pelo Presidente Antônio Júlio, pela assessoria e pelos Presidentes e relatores das comissões. Com esse entrave e impasse, jamais poderia silenciar e permitir que voltassem para as suas casas sem saber por que e, muitas vezes, com a preocupação de estarmos sem solução. Pelo contrário, avançamos. Acabei de receber ligação do Palácio da Liberdade, informando-me que as portas ainda estão abertas para que, como autor do projeto, compareça ainda hoje, com o nosso Líder, para tentar uma solução com relação à garantia do direito de todos. Vamos a pé, como a Miriam, o Dalmo e muitas pessoas que confiaram em nosso trabalho e testemunho. Confesso-lhes que jamais, como advogado, deixei um processo para ser substabelecido. Com relação ao projeto do IMA, se o Governo substabelecer a autoria ao Governador, como homenagem deste Deputado, em favor de todos, passo-o ao Governador, para que, com todos os órgãos, possa resgatar o que não fez.

Se o Governo não fez, a Assembléia teve participação ativa nessa questão. Renovo o compromisso de abraçarmos essa causa, sob pena de interromper o nosso recesso. Quero estar, aqui, vigilante, guerreiro, para garantir o que têm de direito. Peço compreensão e, acima de tudo, paciência, porque tenho certeza de que, juntos, irmanados nessa confiança, no mesmo propósito, teremos o aval do próprio Governador, garantindo o que merecem.

Agradeço a presença, a confiança e renovo meus agradecimentos a todos os Deputados que estão aguardando ansiosamente a aprovação

desse projeto em 2º turno. Mas, saindo daqui, irei ao Palácio para cobrar do nosso Governador o que o Governo quer. Tenho certeza de que o Governo não haverá de faltar conosco, porque temos o aval do próprio Líder do Governo e o empenho de todos aqueles que aqui se encontram. Mesmo assim, aguardaremos a votação. Se tivermos quórum, votaremos agora, na extraordinária da noite ou amanhã. Votaremos favoravelmente, porque jamais deixaremos que esse projeto, de mais alta importância, seja desvirtuado. Faço um apelo a todos os Deputados que sempre nos acompanharam para que votem conosco, que acompanhem a votação desse projeto. Esperamos que o Governo seja sensível e sancione o projeto tal e qual se encontra, porque somente assim garantiremos o direito de todos. Muito obrigado.

O Deputado Mauro Lobo - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, esse foi o aparte mais longo que já concedi, mas foi muito bom para esclarecer a posição do Governo e mostrar que este, depois de tanta pressão, acordou e está tentando buscar solução. Se isso acontecer, tudo bem.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Nobre Deputado Mauro Lobo, acompanho atentamente o pronunciamento de V. Exa., com o respeito que merece, especialmente nessa área em que tem militado há tanto tempo no Estado. Sua presença na Comissão de Fiscalização é muito importante, e estou sempre atento aos seus relatórios sobre as condições financeiras do Estado.

Sei que o Estado, no ano passado, arrecadou, a mais, R\$3.500.000.000,00. Sei também que diminuíram os investimentos nas funções de Governo. Acompanho, Deputado Mauro Lobo, o desequilíbrio nas carreiras do Estado. É um desequilíbrio sério, que este Governo, especialmente, promoveu. Não sei como os próximos governos poderão recompor as carreiras no Estado.

Estamos, neste dia, na Assembléia Legislativa, diante de um impasse. De quem é a responsabilidade em relação à carreira dos servidores do IMA? Os seus servidores vieram ao Palácio, não ao Palácio da Liberdade nem ao Palácio dos Despachos. Vieram ao Palácio da Inconfidência, que é o nome do parlamento de Minas Gerais, que representa o seu povo. O Poder Executivo está no Palácio da Liberdade, mas o parlamento está no Palácio da Inconfidência e não pode abrir mão de sua autonomia, não pode se curvar diante do Palácio da Liberdade e esperar que este determine o que o Palácio da Inconfidência votará ou deixará de votar.

Lamento essa postura da Assembléia Legislativa. Esse é um projeto inconstitucional? Então, deve ser responsabilizada a Comissão de Justiça da Assembléia Legislativa. Precisa ser responsabilizado o Plenário da Assembléia Legislativa, que aprovou esse projeto em 1º turno. Têm de ser responsabilizadas as comissões que apreciaram esse projeto, especialmente a de Justiça. Devemos assumir as nossas responsabilidades. Os servidores vieram, parece-me, de todo o Estado. É gente séria que está aqui, e a Assembléia Legislativa precisa ter uma postura séria em relação aos servidores. Não é possível dizermos para eles que a Casa tem de esperar uma palavra do Palácio da Liberdade para votar e que, se votarmos, o Palácio da Liberdade argüirá a inconstitucionalidade do projeto. Não. A Assembléia Legislativa não pode aceitar isso.

Deputado Mauro Lobo, concordo com V. Exa. Espero uma palavra de esclarecimento da Mesa da Assembléia. Não podemos ficar assim. Muitos podem dizer que essa é uma posição populista. Alguns dizem que é popular. Posição demagógica é essa de fazer do parlamento uma relação de vassalagem com o Poder Executivo. Não é possível uma relação que não seja relação de Poderes. Este é um Poder. Espero que ele retome seu caminho e sua grandeza. Obrigado, Deputado Mauro Lobo, pela oportunidade.

O Deputado Mauro Lobo* - Muito obrigado. Deputado Edson Rezende; conceder-lhe-ei aparte depois. Informo, Deputado, que o Projeto de Lei nº 1.774 é de autoria do Deputado Sávio Souza Cruz, oriundo da área de ciência e tecnologia. Foi servidor do CETEC, e devemos lembrar que foi também Secretário de Estado deste Governo e Líder do Governo nesta Casa por determinado período. O Deputado Sávio Souza Cruz é elemento de confiança do Governo. Mesmo após deixar os cargos que exerceu, não perdeu essa confiança. Certamente, quando apresentou esse projeto, não o apresentou à revelia do Executivo; não o apresentou como se fosse uma contraposição à vontade do Executivo. Certamente era do conhecimento dos Secretários mais chegados ao Governador, e do próprio Governador, o esforço do Deputado Sávio Souza Cruz de reerguer esse sistema fundamental ao desenvolvimento do Estado.

Discuti com vários servidores das instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico do Estado. Conversamos na Comissão de Fiscalização Financeira, e avoqueei a mim a relatoria, porque queria, a partir dessas discussões, chegar a um bom termo, chegar a uma proposta razoável, que pudesse ser aprovada por esta Casa e também pelo Executivo.

Houve a grandeza de Deputados da Casa, que até retiraram emendas para que esse projeto ficasse mais simples, mais límpido e não houvesse agregação de outros setores a ele. Tal foi a compreensão dos Deputados Paulo Piau e Elbe Brandão, que retiraram suas emendas para que o projeto tivesse uma tramitação mais tranqüila, a fim de que, finalmente, Minas Gerais pudesse abrir uma nova expectativa, uma nova esperança para a área de ciência e tecnologia.

Não estou vendo motivo para mais protelações e negociações. Esse projeto entrou na Casa em outubro do ano passado, portanto, tem dez meses de tramitação, e era do conhecimento do Governo. Agora, neste momento alguém chegar e dizer que tem outra proposta para apresentar... Não quero ser um daqueles que poderão um dia apagar as luzes do CETEC, da FEAM, da FAPEMIG, da FUNED, da Fundação João Pinheiro, do IGA. Não quero. Quero ser lembrado como um dos que tiveram responsabilidade para reconhecer que essa área é de total e suma importância para o Estado e não pode ser tratada dessa forma, não pode ser tratada como "amanhã vamos ver" ou "quem sabe nós tenhamos outra proposta", etc.

Esta é a hora da verdade. A hora da verdade, para mim, consiste em desenvolver esse projeto na Casa, acabar a discussão dentro de pouco tempo e colocar em votação. Se aprovado aqui, irá para o Governo; se o Governador vetar, vamos discutir o veto. Se não conseguirmos, daqui a seis meses temos outro governo, e votaremos tudo novamente.

Quero deixar uma coisa clara para vocês. Se hoje está havendo esse início de negociação por parte do Governo é porque houve essa manifestação política, que é a presença de vocês, a atuação de vocês e de diversos Deputados nesta Casa. Falo com a tranqüilidade de quem tem 12 anos como parlamentar, de quem, por alguns anos, pôde exercer alguma atividade no Executivo. Por isso, começamos a conhecer melhor como as coisas andam, como o Executivo reage, sempre que vem uma proposta com um tremendo ônus, como essa. Pode haver ônus para as finanças do Estado. Maior ônus, porém, é deixar como está, é deixar que se deteriorem cada vez mais essas instituições. Aí, sim, teremos um ônus irremediável. Como justificaremos ao povo de Minas Gerais que deixamos morrer por inanição as instituições voltadas para o desenvolvimento de seu Estado? Esse não é o caminho. Isso não aceitamos. Não podemos simplesmente achar que o único caminho é começar tudo de novo.

Vamos ver o que o Governo vai poder oferecer. Será que vai oferecer alguma coisa? Nada? Não temos outro caminho. Temos de ratificar no 2º turno o que esta Casa aprovou em 1º turno.

E mais ainda. Não vejo fato novo que nos faça mudar de idéia e dizer que aquilo que foi aprovado, em 1º turno, tem que parar e ser renegociado. Tivemos muito tempo, porque esse projeto passou por várias comissões e foi detalhadamente analisado. Não vejo mais condição de protelar. Dos milhares de servidores da área de ciência e tecnologia, talvez, daqui a pouco, serão apenas centenas. Não podemos deixar essas pessoas na expectativa de que algum dia ainda serão valorizadas e respeitadas.

Primeiro, precisamos valorizá-las e respeitá-las, para depois cobrar ações para o desenvolvimento de Minas Gerais e para melhorar as

condições de vida da gente mineira. Aí, sim, poderemos chegar diante de nossas instituições e dizer: "Desenvolvam e tragam projetos para o desenvolvimento tecnológico, para aumentar a competitividade e para a melhoria da condição de vida da nossa gente".

Aí, estaremos fazendo o nosso papel. E essas entidades certamente não se furarão à aliança com o crescimento econômico, social e político de Minas Gerais.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)* - Quero situar, para a reflexão de todos nós, qual tem sido a postura do Governo com relação à questão da massa crítica. Na Casa, foi aprovada emenda à Constituição que obriga o Governo a gastar 1% do seu orçamento com ciência e tecnologia. Essa emenda é cumprida? Não.

Ora, qualquer país que queira avançar o fará por meio da ciência e da tecnologia. Se fizermos uma comparação com o que gasta a FAPEMIG, verificamos que tem gasto cada vez menos. Se a compararmos com a FAPESP, é humilhante para Minas Gerais, porque esta gasta em torno de R\$10.000.000,00, R\$15.000.000,00, R\$20.000.000,00, muito aquém do 1% que se obriga o Governo mineiro a gastar com ciência e tecnologia. A Fundação de Ciência e Tecnologia de São Paulo investe cerca de R\$360.000.000,00.

Quero fazer novamente uma comparação. Juntando a UFMG à UNIMONTES, Minas gasta o que o Piauí, o Estado mais pobre, gasta com sua universidade. Ou seja, o segundo Estado mais rico da Federação gasta em torno de R\$45.000.000,00 com a UEMG e com a UNIMONTES, total igual ao que o Piauí gasta com a sua universidade.

Por outro lado, São Paulo, que têm três universidades públicas do Estado, gasta cerca de R\$2.000.000.000,00 com as três universidades, UNICAMP, USP e UNESP. São Paulo produz cerca de 50% dos doutores e quase 50% dos mestres; conseqüentemente, a grande São Paulo, sozinha, produz 50% do PIB brasileiro, mostrando relação clara, transparente e cristalina entre a massa crítica e o desenvolvimento. Ora, quando se discutem os dois projetos, o da ciência e o da tecnologia, e para o IMA, fazemos a comparação entre o que é o conceito e a concepção do Governo com relação ao desenvolvimento.

Quando falamos no Instituto Mineiro de Agropecuária, estamos falando num instituto fundamental para a questão da saúde dos animais e dos homens.

Quem está do nosso lado também são os consumidores e as donas de casa, que sabem da importância de o produto para exportação ter um carimbo, ter um selo. Quem garante que esse produto é de boa qualidade e pode ser exportado? Não é o Instituto Mineiro de Agropecuária? Então, todos os profissionais da saúde estão do lado do IMA, porque sabem que esse órgão é importante para a saúde do consumidor final dos produtos.

E mais: como disse o Deputado João Batista, o IMA, quando fiscaliza e multa, arrecada para o Estado e diminui a incidência de doenças nos animais, assim como nos homens, nas mulheres e nas crianças deste Estado. E, se diminui o gasto com doenças, vai melhorar a condição do seu trabalhador, que pode produzir um bom trabalho, um bom serviço à comunidade.

Mas quero dizer a vocês qual a estratégia que o Governo vem usando. Disse, antes, que os profissionais da educação vêm lutando pelo seu plano de carreira. Pois bem: em 1999, 2000, 2001 e 2002, tiveram de entrar em greve para pressionar o Governo a apresentar seu plano de carreira, que chegará somente amanhã. O que vai acontecer? Se o plano de carreira não pode ser acompanhado da tabela que mostra os níveis salariais, só poderá ser votado no ano que vem, para valer, talvez, apenas no ano seguinte.

Quanto tempo teve o Governo para aprovar o plano de carreira dos profissionais da educação? Três anos, mas deixou para a última hora, apertando o Sind-UTE, que, ao final, não teve outra saída a não ser aceitar o que foi proposto.

E vou dizer mais: ontem foi aprovado o projeto que refaz a questão dos servidores administrativos da saúde. O Deputado Cristiano Canêdo, inclusive apresentou uma emenda a um projeto anterior. Aprovamos o projeto, aprovamos a emenda do Deputado Cristiano Canêdo, mas o Governo vetou. Somente o setor administrativo não teve aumento. Ontem foi aprovado o projeto, e, hoje, a Comissão de Redação poderia ter aprovado a sua redação final, mas não se reuniu. Esse projeto, da mesma forma que o de vocês, vai para o funil da última hora. Aí, não vai ter mais jeito, não vai ter outra saída senão aprová-lo na forma apresentada.

Permitam-me falar dos Defensores Públicos para vocês conhecerem sua situação. Os Defensores Públicos, em 1999, tinham um projeto de lei, mas o Governador o recolheu. Portanto, estão lutando, tentando aprovar a sua lei orgânica, que só foi enviada neste ano. A lei foi aprovada em 1º turno, mas amanhã já é dia 4. Se precisar de alguma tabela de reajuste, não poderá mais ser aprovada, e também ficará para depois a lei orgânica dos Defensores Públicos.

Portanto, o que temos de fazer é aprovar esse projeto. Está nas nossas mãos aprová-lo. Assim como o projeto dos Defensores Públicos, esse também é uma questão de honra para nós. Não podemos dar um passo atrás agora. Não é possível que se tenha gasto todo esse tempo, toda essa energia, toda essa expectativa, desesperança e esperança, para, ao final, não acontecer nada, o projeto não ser aprovado.

O Deputado Mauro Lobo - Obrigado, Deputado Edson Rezende.

* - Sem revisão dos oradores.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 9/7/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 2.189, de 2001, assinou o seguinte ato relativo a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Júlio

exonerando Marcial Magno Theófilo Ramos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de

22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando, a partir de 15/7/2002, Wadson Viana Almeida do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Marcial Magno Theófilo Ramos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Centro de Diagnóstico por Imagem Dr. Matsushita S/C Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Objeto deste aditamento: alteração de razão social. Vigência: a partir do registro da alteração contratual.